

HABEAS CORPUS Nº 557.100 - SP (2020/0006028-8)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : RAFAEL ZANARDO
ADVOGADO : RAFAEL ZANARDO - SP359964
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOSE CARLOS PEREIRA FILHO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de JOSE CARLOS PEREIRA FILHO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente foi denunciado pela prática de crime de parcelamento irregular do solo.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão de fls. 98/105.

No presente writ, sustenta a ocorrência da prescrição retroativa pela regra do art. 110, §§ 1º e 2º, do Código Penal, com redação anterior a Lei n. 12.234/2010.

Sustenta que há nos autos provas de que o crime foi consumado em 31/7/2009, antes da entrada em vigor da Lei n. 12.234/2010, sendo de rigor o reconhecimento da prescrição.

Requer, assim, a concessão da ordem para reconhecer a extinção da punibilidade do paciente.

Liminar indeferida às fls. 125/126.

Informações prestadas às fls. 129/152.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento da impetração, conforme parecer de fls. 157/164.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ.

Ademais, acolher a tese defensiva de que o crime foi inteiramente

praticado antes da entrada em vigor da Lei n. 12.234/2010, demandaria aprofundado revolvimento do conjunto probatório carreado aos autos, de modo a desconstituir as conclusões, ainda que preliminares, das instâncias ordinárias. Procedimento vedado na via estreita do *habeas corpus*.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO. DATA DO COMETIMENTO DO DELITO DE FALSO. CONSUMAÇÃO E EXAURIMENTO DO CRIME. MATÉRIA NÃO ARGUIDA OU DEBATIDA NAS INSTÂNCIAS ORIGINÁRIAS. DESCONSTITUIÇÃO DE PREMISSA FÁTICA FIRMADA NO ACÓRDÃO.

IMPOSSIBILIDADE.

1. Na hipótese, a tese proposta na impetração diz com a prática do delito de falsificação de documento particular na data de 27.11.2002, enquanto o aresto impugnado considerou a data de 28.08.2003.

De ressaltar, desde logo, que a sentença condenatória transitou em julgado, e a questão relativa ao eventual equívoco com relação à data do cometimento do delito não foi suscitada nas razões da apelação, e tampouco debatida pela Corte de origem, em momento algum.

2. Assentado o acórdão em tais premissas, afigura-se descabida a pretensão, eis que não incumbe ao Superior Tribunal de Justiça a desconstituição do suporte fático delineado nas instâncias de origem. Ademais, a postulação demandaria necessariamente o exame aprofundado das provas dos autos, providência inviável na via mandamental.

3. O Tribunal a quo está adstrito aos pedidos formulados nos recursos a ele dirigidos, podendo apreciar, com profundidade, todas as questões que se relacionarem àquilo que foi impugnado, ou seja, o recorrente determina a extensão do inconformismo. Precedentes do STJ.

4. Desse modo, se questões arguidas no presente writ não foram ventiladas e nem sequer enfrentadas pela Corte Estadual, a defesa não pode suscitá-las diretamente perante o Superior Tribunal de Justiça, sob pena de supressão de instância.

5. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no HC 133.024/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe 01/08/2012).

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, alínea *a*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço da presente impetração.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator